



Prefeitura Municipal de Dorés do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI ORDINÁRIA Nº 1.038/2024

“Fixa os subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Dorés do Rio Preto/ES para a legislatura 2025/2028”.

O PREFEITO DE DORES DO RIO PRETO, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica estabelecido o valor de R\$ 5.832,65 (cinco mil oitocentos e trinta e dois reais e sessenta e cinco centavos) por mês, para o subsídio dos Vereadores do Município de Dorés do Rio Preto/ES para a legislatura 2025/2028.

Parágrafo único: Fica vedada a percepção de qualquer gratificação adicional, abono, verba de representação ou outra espécie de remuneração.

Art. 2º - O Vereador que não comparecer à Sessão Legislativa Ordinária ou que comparecer e não participar das votações deixará de receber fração de seus subsídios, proporcionalmente ao número de sessões legislativas ordinárias realizadas conforme estabelecido no Art. 35 da Lei Orgânica e Art. 2º do Regimento Interno, salvo motivo devidamente justificado, conforme previsto nos artigos 12 a 16 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Dorés do Rio Preto/ES.

Parágrafo único: O desconto acima previsto, não incidirá nos subsídios dos vereadores presentes à Sessão Legislativa Ordinária não realizada, por falta de quórum, por falta de matéria para a pauta a ser votada durante o recesso parlamentar.

Art. 3º - No caso de licenciamento por motivo de doença, devidamente comprovado, mediante atestado médico, o vereador perceberá subsídios integrais até o 15º (décimo quinto) dia do afastamento.

Parágrafo único: Após esse período, permanecendo a causa do afastamento, será o mesmo encaminhando à perícia médica do Instituto Nacional de Seguro Social- INSS, para se habilitar ao reconhecimento do auxílio-doença, prevista no Regimento Geral de Previdência Social.



Prefeitura Municipal de Dorés do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 4º - É vedado qualquer pagamento por participação dos vereadores em Sessão Legislativa extraordinárias, ainda que, durante o recesso do Poder Legislativo, nas datas previstas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Dorés do Rio Preto/ES.

Art. 5º - Os Vereadores que não comparecer a Reunião Extraordinária, deixando de atender a uma convocação para esse fim específico, sem apresentar justificativas estabelecidas por lei, deixará de receber fração de seus subsídios, obedecendo ao valor proporcional da fração do número de Reuniões Ordinárias, estabelecidas no Art. 35 da Lei Orgânica do Município de Dorés do Rio Preto/ES.

Art. 6º - O subsídio de que trata o Art. 1º desta Lei, será reajustado de acordo com os índices e na mesma data estabelecida para os servidores municipais, na forma do inciso X do Art. 37 da Constituição Federal, respeitados os limites legais e constitucionais.

Art. 7º - Fica o Presidente da Câmara Municipal autorizado a proceder às limitações ou reduções dos valores dos subsídios fixados no Art. 1º, sempre que o total das despesas com a folha de pagamento, incluindo o gasto com o subsídio dos vereadores e as obrigações patronais, atingirem os limites estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 25, publicada no Diário Oficial da União, em 15 de fevereiro de 2000.

Art. 8º - Os recursos necessários à execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias no Orçamento do Município de Dorés do Rio Preto/ES.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1ª de janeiro de 2025, revogando-se as disposições em contrário.

Dorés do Rio Preto-ES, 16 de julho de 2023

Cleudenir José de Carvalho Neto
Prefeito Municipal